

2ª quinzena de maio de 2002

AD VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 101

IMPRESSO ESPECIAL

CONTRATO Nº 0334/01

ECT / DR / RS

ADUFRGS

ACF CIDADE BAIXA



RIO



A recessão está cada vez mais visível em Buenos Aires. O desemprego e a falta de dinheiro têm jogado para as ruas um grande número de pedintes. Em alguns bancos, como o da foto, placas de metal tentam proteger as agências da revolta da população. Dia 28, quatro foram atacadas, uma incendiada. Até um personagem diferente surgiu nos jornais da capital argentina, com o lançamento do filme O Homem Aranha. O ministro da economia Roberto Lavagna virou "El Hombre Lavagna", enredado em uma teia de problemas políticos e econômicos que imobilizam o governo de Eduardo Duhalde. Ao mesmo tempo, argentinos aprofundam uma experiência já antiga por lá: a das redes de troca.

Páginas 6 e 7

ARGENTINA

Crise muda a cara de Buenos Aires

Reprodução da obra "Dedicado à minha mulher" / Marc Chagall



Discurso esquizofrênico

Em São Paulo foi aprovado um projeto que transforma o entendimento de financiamento da arte. Não se financiará mais espetáculos mas sim processos criativos. O nome é Arte contra a barbárie. O sindicato nacional passou por uma eleição recentemente que, nas palavras do presidente eleito, teve uma surpreendente participação. Esqueceu-se de dizer que a surpresa se devia ao fato de que muitas universidades estavam em recesso e os professores em férias, e que venceram o processo, através de manobras de deixar ruborizado Antônio Carlos Magalhães.

Talvez o sindicato esteja precisando de entendimentos como o projeto aprovado em São Paulo. A arte pensada de forma diferente. A arte livre do jugo do estado de plantão e não necessitando de mendigar seu financiamento. O estado sustentando a arte livre dos processos de controle pois somente desta forma ela pode ser livre, criativa e revolucionária.

O sindicato continua atrelado à forma de fazer política dos anos em que esta podia ser pensada de forma mecânica, se não como explicar que a arma mais forte da atual direção é acusar a oposição de herdeira direta de uma diretoria que assumiu o sindicato fora do programado pelo grupo Andes-AD? E com esta arma fazia igual a FHC no trato com a oposição.

Sempre que ela se manifestava, era acusada de querer a inflação de volta. Um dia este discurso ficará velho, superado e a diretoria do sindicato não saberá o que fazer, já que a única coisa que os une é o ódio a uma pessoa. No resto é um saco de gatos sem ideologia clara e sem acordos limpos entre as diversas correntes que a compõem representando as bases. Isto tem uma explicação e uma justificativa. Eles conhecem a base que compõem o sindicato, mas como fazer bonito posando de radical ante os outros sindicatos? A solução é fazer o discurso esquizofrênico da atual e possivelmente da futura diretoria posando de direita perante as bases e de radical frente às outras direções sindicais.

Diante das lutas que temos pela frente, o desafio da direção deste sindicato é ouvir as bases. Ou vai ser como a de outros sindicatos: uma direção sem base como viamos nos sindicatos pelegos dos anos 70. Um dado: na última eleição participaram 37,36% dos professores e na anterior 30,85%. A primeira durante um período letivo normal e a segunda durante uma greve na qual a diretoria que estava assumindo foi destituída pelo comando, impedida de participar das mesas de negociação. Na que acabou de acontecer somente 29% dos 69 mil professores votaram.

A corrupção no governo FHC

"O mapa da corrupção no governo FHC" é o título do livro de Larissa Bortoni e Ronaldo Moura, lançado pela editora Perseu Abramo, dia 28, no Espaço Cultural Zumbi dos Palmares da Câmara. Os autores fizeram um levantamento dos dez casos mais rumorosos de corrupção no governo FHC, entre 1995 e março de 2002. A proposta foi mostrar que a corrupção não é episódica e localizada. "É endêmica", afirma Ronaldo de Moura. Para os autores, o que mais impressiona é a "operação-abafa" desencadeada a cada denúncia, para impedir qualquer possibilidade de investigação. Entre os casos analisados estão a compra de votos para aprovar a reeleição, o Caso Sivam, o Proer, a venda das teles e a corrupção no DNER, entre outros.

Menos pobres na universidade

Apesar de o número de vagas da educação ter aumentado 76,2% na década de 90, o percentual de pobres que chega à universidade tem caído, segundo matéria da Folha de S. Paulo do dia 27 de maio. Os 20% mais ricos da população aumentaram sua participação de 67,1% para 70,7%, enquanto que os 20% mais pobres caíram de 1,3% para 0,9%. Os 50% mais pobres baixaram de 8,5% para 6,9%. os números são do IBGE.

Navegação em Manaus

Um ato inusitado ocorreu dia 23 e 24 de maio nas águas do rio Amazonas em Manaus (AM). A Caravana em Defesa das Águas e dos Povos da Amazônia teve manifestações públicas e debates sobre a região e seus potenciais com o objetivo de inserir o assunto na agenda dos candidatos à Presidência da República. Três subcaravanas provenientes de seis estados se encontraram no Porto de Manaus e seguiram em ao Encontro das Águas dos rios Negro e Solimões. O "navegação" foi uma parte do ato que encerrou com debates na Universidade da Amazônia. Durante o navegação, 13 dos cerca de 30 barcos formaram uma roda no local em que os rios se encontram. De mãos dadas, 800 pessoas ouviram rápidos discursos políticos e cantaram a música do Fórum Social Mundial: "Um outro mundo é possível se a gente quiser". Em seguida, cantaram o Hino Nacional. A Caravana foi organizada pela CUT, CPT, ONGs ambientalistas e entidades indígenas.

Fim social para produtos falsos

Todo material falsificado que for apreendido pela Justiça deverá ser repassado para entidades de assistência social, após

a retirada das etiquetas e rótulos adulterados. Este é o teor do projeto de lei (PL nº 3.478/00), de autoria do deputado Paulo Paim (PT-RS), que foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça em caráter conclusivo. O projeto segue agora para apreciação no Senado. O deputado Paim explicou que a idéia da doação surgiu no ano de 2000, quando a empresa Nike promoveu a queima de centenas de pares de tênis falsificados. "A destruição dos produtos não minimiza os prejuízos da empresa, e estes materiais podem ajudar, e muito, as pessoas mais necessitadas", justificou.

Mais poder para os jornais de mercado

O Senado aprovou a entrada de capital estrangeiro nos meios de comunicação brasileiros, o que pode significar mais poder de fogo para os que detêm voz na sociedade. Vale lembrar que, durante o Fórum Social Mundial 2002, a mídia de mercado foi apresentada como grande inimigo dos que trabalham para a construção de um mundo melhor. Os meios de comunicação de mercado seriam, na realidade, uma barreira entre a sociedade civil e a verdade. Essa barreira agora ficará ainda mais forte com este capital que vem de fora do País. Frei Betto, em recente artigo publicado no jornal La Insignia, afirma: "Depara-se, hoje, com um grande paradoxo: quanto mais se fala de liberdade de informação, mais os meios são enfiados em mãos dos grandes atores econômicos, que impõem a todos os habitantes do planeta um mesmo modo de pensar e de viver, tudo em função desta soberana senhora: a mercadoria".

Mudanças na AL assustam EUA

O editorial do dia 24 de maio do jornal Financial Times alerta para uma suposta "negligência dos Estados Unidos com a América Latina", que estaria sendo convulsionada pela crise na Argentina, crise política na Venezuela e guerra na Colômbia. Mais do que isso, "Wall Street teme que essa tendência política contagie o Brasil, a maior economia da região, onde há temores que uma esquerda fraca e minoritária seja alçada ao poder nas eleições gerais de outubro". Para completar o quadro assombroso, o jornal afirma que, "assustados com as mudanças e amedrontados pela violência relacionada ao tráfico de drogas, milhares de latino-americanos estão emigrando para a América do Norte e Europa".

Diretoria

Presidente: Rubens Weyne;
1º Vice-Presidente: Marilene Schmarczek;
2º Vice: Félix González;
1º Secretário: Mário Wrege;
2º Secretária: Daniela Fialho;
1º Tesoureiro: Edson Lindner;
2º Tesoureiro: Vanderlei Carraro;
1º Suplente: Tatiana Montanari;
2º Suplente: Carmem Lucia Bezerra Machado

ANDES-SN

Chapa 1 vence as eleições

Com uma diferença de 4.286, a chapa 1 venceu as eleições da Andes-SN para o biênio 2002/2004. A nova diretoria, encabeçada pelo professor da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel), Luiz Carlos Lucas, toma posse no final de junho, durante o 44º Conad, em Florianópolis. Cerca de 30% dos professores filiados à Andes em todo o Brasil - 20.119 - compareceram às urnas nos dias 22 e 23 de maio, percentual considerado alto pelo novo presidente do sindicato.

Foram registrados 11.733 votos para a chapa vencedora e 7.447 para chapa 2. Os votos brancos somaram 516 e os nulos 423. Na Ufrgs, a chapa 2 saiu vencedora com 241 votos, enquanto a chapa 1 obteve 135 votos. Dos 2.725 filiados à Adufrgs, 399 participaram das eleições, o que representou, na opinião do presidente da Adufrgs e candidato a 1º tesoureiro pela chapa 2, Rubens Weyne, uma

boa votação, tendo em vista que as eleições aconteceram durante o período de recesso da universidade.

Apesar da derrota, Weyne avalia que em Porto Alegre a capacidade de mobilização da chapa 2 mostrou-se bem maior do que a adversária e garante que se as eleições tivessem ocorrido durante o período letivo o resultado poderia ser outro. O grande número de votos para a chapa 2 revela, segundo Weyne, que há um grupo significativo dentro do sindicato, que não está satisfeito com a conduta da atual diretoria.

Para o presidente da Adufrgs, o pleito foi marcado durante o recesso de forma proposital, para evitar uma maior participação dos docentes. Segundo ele, durante o último Congresso da Andes, em Rio Grande, um grupo de professores propôs que a data das eleições fosse alterada. "A diretoria alegou que isso não poderia ser feito porque era regimental.

Mas outros artigos do estatuto foram mudados", informa Weyne.

Mesas de negociação com MEC são prioridade

O presidente eleito ressaltou a transparência que permeou todo o processo eleitoral e a importância de haver mais de uma chapa na disputa. "Isso vivifica e enriquece o sindicato", completou. Para ele, o resultado das urnas reflete uma avaliação positiva do trabalho da atual diretoria da Andes-SN. Eufórico, o novo presidente enumera as tarefas a serem cumpridas a curto prazo, colocando como prioridade a continuação das mesas de trabalho junto ao MEC, principalmente buscando formas de pressionar o governo em algumas questões que se encontram paradas.

Lucas acredita que a atual situação do ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, supostamente envolvido com o

escândalo da venda da Vale do Rio Doce, dificultará ainda mais o andamento das negociações, já que como interlocutor do MEC junto ao governo, o ministro tem agora pouco poder. Outra meta a ser alcançada ainda em 2002 é derrubar no Congresso alguns "resquícios do pacote antigreve" e a Lei de Inovação Tecnológica que, se aprovada, "abriria as comportas para a privatização das universidades públicas".

Seção Sindical: ADUFRGS

| | |
|--|-------|
| Número total de sindicalizados - | 2.725 |
| Número total de eleitores - | 2.725 |
| Número total de votantes - | 358 |
| Número total de votantes em trânsito - | 41 |
| Número total de votos - | 399 |
| Número total de votos na Chapa 1 - | 135 |
| Número total de votos na Chapa 2 - | 241 |
| Número total de votos em branco - | 16 |
| Número total de votos nulos - | 7 |

Mapa de apuração por seção eleitoral

| Seção eleitoral | Número de sindicalizados | Votantes | Votos em trânsito | Chapa 1 | Chapa 2 | Brancos | Nulos | Total |
|------------------------------------|--------------------------|------------|-------------------|------------|------------|-----------|----------|------------|
| Informática | 125 | 26 | 2 | 15 | 11 | 0 | 2 | 28 |
| Hospital de Clínicas | 339 | 57 | 0 | 11 | 36 | 8 | 2 | 57 |
| Química | 458 | 62 | 1 | 17 | 44 | 2 | 0 | 63 |
| Colégio de Aplicação | 177 | 31 | 1 | 4 | 28 | 0 | 0 | 32 |
| Educação | 81 | 13 | 2 | 9 | 6 | 0 | 0 | 15 |
| Instituto de Pesquisas Hidráulicas | 34 | 8 | 0 | 3 | 0 | 5 | 0 | 8 |
| Escola Técnica de Comércio | 121 | 22 | 1 | 5 | 17 | 1 | 0 | 23 |
| Arquitetura | 428 | 55 | 14 | 12 | 55 | 0 | 2 | 69 |
| Adufrgs | 962 | 84 | 20 | 59 | 44 | 0 | 1 | 104 |
| Total | 2.725 | 358 | 41 | 135 | 241 | 16 | 7 | 399 |

Fonte: Adufrgs

CPI vai investigar desvios de verbas do Fundef

Pelo quarto ano consecutivo, o governo federal dá um calote no Fundef, descumprindo uma lei que ele mesmo criou. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) é um mecanismo de distribuição de recursos voltados para a manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental. A CPI do Fundef deverá investigar, em junho, denúncias de irregularidades, desvios de verbas e de finalidades na aplicação dos recursos do fundo, voltado à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e à valorização do magistério. A comissão foi solicitada há mais de dois anos pelo deputado federal Wellington Dias (PT-PI) e o ex-deputado Pedro Wilson (PT-GO), atual prefeito de Goiânia.

Segundo o deputado federal Gilmar Machado (PT/MG), membro da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara Federal e nomeado pelo PT para fazer parte da CPI, a dificuldade se dá devido ao grande número de prefeitos dos partidos ligados ao governo que estariam envolvidos com os desvios de verbas do

Fundef. De acordo com o deputado, alguns estados, como Ceará e Minas Gerais, conseguiram instalar a CPI e avançar com as investigações, mas na maioria a oposição tem encontrado resistência.

Um aumento nas cifras destinadas a este fundo vinha sendo negociado entre os ministros da Educação, Paulo Renato Souza, e da Fazenda, Pedro Malan, mas o valor decidido acabou permanecendo insuficiente. Para cada aluno de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental, o valor mínimo por cabeça foi fixado em R\$ 363,00, e para os alunos de 5ª a 8ª séries, em R\$ 381,15, o que vale também no caso da educação especial. Para as secretarias estaduais e municipais de educação o governo está reprovado em cálculo. A partir das suas contas, estas garantem: para cumprir a lei, o piso mínimo deveria ser R\$ 541,84 por aluno/ano de 1ª a 4ª séries e R\$ 568,93 por aluno/ano de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e de educação especial. "O problema mais comum é o desvio de finalidade na aplicação dos recursos, redirecionados indevidamente para outras áreas da administração",

afirma Wellington. Ele reuniu extensa documentação comprovando a existência de corrupção, desvio de recursos e outras irregularidades em 19 estados do país.

Os valores divulgados para este ano são aproximadamente R\$ 180,00 inferiores ao mínimo previsto em lei, para não ser gerada uma despesa que o governo não está disposto a assumir. Economia para o Tesouro Nacional. O descaso com a educação e o calote no Fundef é que permitem ao governo federal cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Bahia e Maranhão, dois estados nordestinos governados pelo PFL, vão receber em 2001 a maior fatia de complementação do Fundef paga pelo governo federal. Serão R\$ 224 milhões para a Bahia e R\$ 171 milhões para o Maranhão completarem o gasto mínimo por aluno/ano fixado pelo governo. Os dois estados receberão 67,3% de toda a complementação (R\$ 587,3 milhões), destinada aos estados mais pobres da federação. A cúpula do PFL há de reconhecer: mesmo dando um calote no Fundef, o governo federal tem sido uma verdadeira mãe para a Bahia e o Maranhão.

DESCASO

Hospitais universitários podem fechar

A caótica situação dos hospitais universitários (HUs) parece não incomodar o governo que, em três reuniões marcadas com os representantes da Andes-SN e Fasubra, não apresentou qualquer saída imediata para os problemas que ameaçam o fechamento dos hospitais. Com recursos cada vez menores, os HUs enfrentam agora uma grave crise de falta de pessoal, diante da decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) de proibir a contratação de funcionários terceirizados e exigir a demissão dos não-concursados

O professor Fernando Molinos, primeiro vice-presidente da Andes, um dos encarregados de tratar junto ao MEC da questão dos HUs, informa que o sindicato não apóia a contratação de pessoal sem concurso, mas defende que os hospitais não podem ser fechados ou ter o atendimento ainda mais reduzido. O déficit atual seria de 20 mil pessoas em todo o País, isso apenas para manter o mesmo nível e capacidade de atendimento atual, sem falar no que seria necessário para ampliar os serviços.

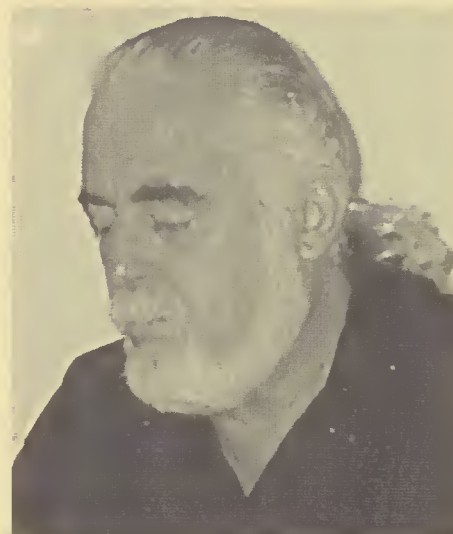
De acordo com Molinos, o MEC reconhece um déficit de oito mil e, a princípio, havia concordado em abrir concurso imediato para preenchimento de cinco mil vagas. Das cinco mil, 2.200 estariam garantidas e o restante teria que passar pela aprovação do Congresso. Agora o governo alega que não haverá tempo hábil para aprovar o concurso, o que significa que os hospitais universitários, que funcionam como centros de pesquisa e são referência para tratamento de doenças graves, além de serem uma das poucas opções para a população carente, podem fechar as portas.

A situação dos HUs foi colocada como prioritária durante a última greve dos docentes, no ano passado, e virou tema de uma das mesas de negociação junto ao MEC, previstas no termo de acordo que

pôs fim à paralisação de 108 dias. Segundo o professor Molinos, das três reuniões marcadas, uma não aconteceu, uma ficou pela metade e a outra não trouxe qualquer solução objetiva para o impasse dos HUs, o que "confirma a indisposição do Governo para tratar do tema", diz o relatório enviado pela Andes às Associações de Docentes (ADs) e conclui que a "negociação só efetivamente ocorrerá sobre forte pressão política".

Paralelo às discussões internas promovidas pela Andes e Fasubra, o movimento buscou articulação com outros setores envolvidos, como a Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino – Abrahue, a Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes, o Diretório Nacional de Estudantes de Medicina – Denem e a Associação Nacional de Médicos Residentes – ANMR – entidades que também vinham trabalhando a questão.

No processo de organização de luta, segundo relatório da Andes, estão também vários contatos com parlamentares. No último dia 29 diretores de HU's, representantes dos docentes e técnicos estiveram na Câmara para cobrar mais recursos. Os ministérios da Educação e Saúde não enviaram representantes à audiência, o que prejudicou o debate. As entidades unem esforços também para



Fernando Molinos

enfrentar a preparação da Lei Orçamentária para 2003 e combater o PL 449/1999, que garante reserva de 25% dos leitos para convênios privados.

Um dossiê sobre os Hospitais Universitários será apresentado durante a mostra "Vida e Morte dos HUEs", marcada para 11 de junho, na Câmara dos Deputados, em Brasília e posteriormente será trabalhado junto ao Congresso Nacional. Durante a mostra, cada hospital deverá apresentar um painel de dupla face, retratando de um lado a importância dos HUEs e de outro as situações que dificultam o cumprimento de suas funções.

Financiamento e autonomia

Outras três mesas de trabalho estão em andamento. A que trata de financiamento e autonomia, a de carreira e vagas e a de regulamentação da GID (Gratificação de Incentivo à Docência), esta praticamente fechada. De acordo com informações da Andes-SN, um projeto de carreira e autonomia que já deveria ter sido apresentado pela Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) gerou um impasse nas negociações junto ao MEC. Haveria até agora as propostas do Sinasefe e Fasubra e a da Andes-SN. Uma nova reunião deve acontecer na primeira semana de junho, quando vence o prazo dado pelo MEC para a Andifes apresentar o projeto.

A regulamentação da GID deve ter o desenlace final em meados de junho, quando os docentes esperam que um novo decreto, em tramitação no MEC, seja assinado pelo presidente da República. De acordo com a professora Ana Lúcia Barbosa Faria, segunda-secretária da Andes-SN, o documento foi elaborado a partir de vários pontos trabalhados entre técnicos do MEC e representantes dos docentes. Desde que foi instituída, em 1998, a GID não havia sido regulamentada, o que impedia os professores de recebê-la em sua totalidade. Até 2001, todos recebiam um percentual fixo de 60%.

Durante a última greve, o governo lançou um decreto regulamentando a gratificação por produtividade dos docentes de 1º e 2º graus que, segundo Ana Lúcia, concentrava grande parte da pontuação nas atividades dentro de sala de aula, deixando de fora os trabalhos de pesquisa e extensão. "O decreto e a lei que criou a GED eram incompatíveis", informa a professora. O sindicato então propôs uma nova forma de regulamentação, que contemplasse as alterações negociadas durante a greve, como a extensão de 60% da GID aos aposentados, que antes não tinham direito à gratificação.

Com a assinatura do novo decreto, os docentes da ativa têm a possibilidade de ganhar até 100% da GID, sem perder a garantia do mínimo de 60%. "Isso representa uma mudança na concepção de docência. O professor de 1º e 2º graus, assim como o de Ensino Superior, não deve produzir apenas na sala de aula", observa Ana Lúcia Faria. Para os dias 3 e 4 de junho está marcada a última reunião para tratar dos parâmetros de avaliação qualitativa da GID.

4º CONED

Encontro em São Paulo reforça o Plano Nacional de Educação

Organizado pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, o 4º Congresso Nacional de Educação, em São Paulo, teve como tema central "Garantir direitos, verbos e vida digna: uma outra educação é possível". Um dos mais importantes encontros de educação no Brasil, o Coned reuniu diversas entidades com o objetivo de discutir o projeto educacional atual e reforçar o Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira, elaborado e consolidado nas outras três edições do CONED, que aconteceram em Belo Horizonte em 96 e 97 e em Porto Alegre em 99.

O encontro, onde foram apresentadas quatro conferências temáticas – além da de abertura – contou com mais de 90 convidados para 37 mesas redondas, discutiu os seguintes eixos temáticos: Organização e Avaliação da Educação Nacional, Gestão Democrática da Educação Nacional, Financiamento da Educação Nacional e Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação. O Congresso analisou ser incontestável que, desde a consolidação do Plano Nacional de Educação de 1997, a distribuição de renda e outros indicadores sociais não melhoraram no país. Permanecem também as desigualdades de oportunidades educacionais, já que o país investe menos em educação do que deveria e poderia, em termos de percentual do PIB, que alcançou R\$ 1,1 trilhões no ano de 2000.

Uma das propostas para a melhoria desta questão é a Gestão Democrática da Educação Nacional. A concepção prevista no Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira tem como princípio fundamental a radicalização da democracia, que se consubstancia no caráter público e gratuito da educação, na inserção social, nas práticas participativas, na descentralização do poder, na socialização de conhecimentos, na tomada de decisões e na atitude democrática das pessoas em todos os espaços de intervenção organizada – condições essenciais para garantir a materialização legal do direito à educação de boa qualidade.

Os integrantes do Coned consideram o evento uma parte do processo de resistência mundial, lembrando a luta do povo argentino, as mobilizações antibélicas nos EUA e em outros países; dos Chiapas no sul do México e a vitória da sociedade timorense. Além das edições do Fórum Social Mundial e do Fórum Mundial de Educação em Porto Alegre, também foram citadas as grandes mobilizações populares, no mundo todo, contra as determinações do G7, da OMC, do FMI e do Banco Mundial (em Seattle, Gênova e Davos), nas quais chegou-se à conclusão de que novas relações podem e devem ser criadas. Exemplos disso, no setor educacional público, foram as prolongadas greves de docentes e funcionários técnico-administrativos, em todo o país.

X SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

"A escola pode criar monstros de colarinho e gravata", diz Frei Betto

Sair da escola com diploma e PhD não significa que o sistema educacional cumpriu o seu dever. Quem afirma é o educador Frei Betto. Para ele, o objetivo da educação deveria ser formar pessoas humanizadas e felizes. "A escola pode criar monstros de colarinho e gravata", apontou em sua conferência no X Seminário Nacional de Educação, ocorrido em Porto Alegre de 14 a 15 de maio. Há uma distinção entre a formação e a educação, e a primeira não garante a última. "Não podemos esquecer que a bomba de Hiroshima foi construída por engenheiros, que as armas biológicas foram feitas por médicos", apontou.

Frei Betto também alertou para o risco de o sistema educacional ser tomado por escolas privadas, o que significaria deixar a educação sob uma lógica empresarial, que visa quase que exclusivamente a formação de mão-de-obra. No entanto, lembrou que mesmo as empresas já não querem mais este tipo de profissional. Elas estariam preferindo trabalhadores com alto Quociente Emocional (QE) ao invés de elevado QI. "O problema que essas empresas estão vendo é que executivos muito bem formados pela escola não competem com outras empresas mas com os próprios colegas de local de trabalho", afirmou.

A lógica do neoliberalismo e de sua educação bancária é formar consumidores. Mas a escola precisa se con-

trapor a isso, para formar cidadãos. Um exemplo da mercantilização da vida, segundo Betto é a forma como a mídia ridiculariza o corpo, principalmente o feminino, na televisão. "A escola precisa se posicionar contra essa deturpação", disse.

O educador não dá entrevistas para a tevê. Ele não concorda com a forma como essa mídia se insere na sociedade, "imbecilizando não só o público como os próprios apresentadores". Em função disso, as duas equipes de tevê que estiveram no Auditório Araújo Vianna, dia 14 pela manhã, voltaram decepcionadas para suas redações. O conferencista não permitiu que fossem feitas imagens de sua palestra e, como em diversas de suas conferências, criticou a televisão, afirmando que a pornografia e a violência são os segredos do entretenimento.

Essa é a mesma lógica de uma sociedade que faz um culto ao corpo e às posses materiais, em detrimento do conhecimento ou da espiritualidade. "Há um tempo atrás, se via numa cidade do interior 60 livrarias e seis academias. Agora é o contrário", falou. "Daqui a pouco vão proibir gordo, velho e barrigudo de saírem à rua. Eles vão ficar em casa curtindo o horror do próprio corpo". Para Frei Betto, como tudo dentro da cultura neoliberal tem valor de troca, até mesmo a aparência física virou mercadoria.

A mercantilização da existência é um desafio para a educação, que tem que fazer com que a criança e o jovem descubram que seu valor está na subjetividade e não em suas posses. Frei Betto lembrou um caso em que um amigo conheceu uma senhora no Rio de Janeiro com a filha. Elogiou a beleza da menina, no que a mãe comentou: "O senhor ainda não viu nada. Precisa ver o álbum de fotos dela". Segundo o frei, os valores estão tão invertidos que a mãe achava a menina mais bonita na foto do que pessoalmente. "É preciso que a escola queira modificar a realidade, que saiba educar para formar sujeitos capazes de mudar o mundo à sua volta", defendeu.

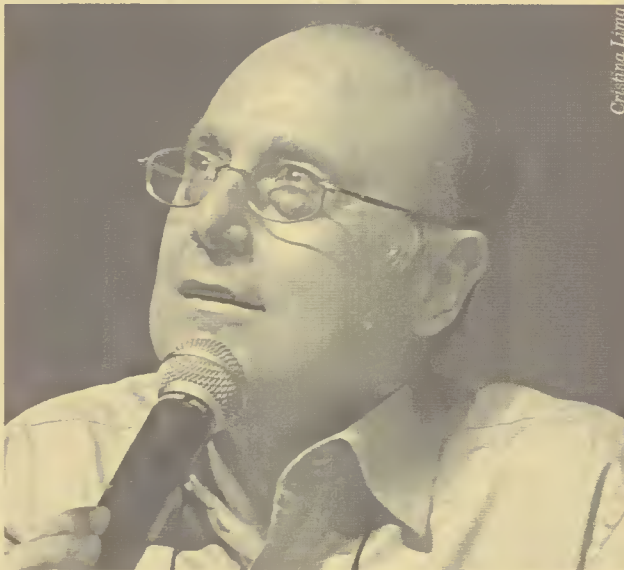
Um exemplo de trabalho interdisciplinar é o da Escola Municipal Mario Quintana, de Porto Alegre. Matemática, Filosofia, Português e outras disciplinas são tratadas por professores e alunos interagindo com a cidade à sua volta. Esse é o caminho, segundo Frei Betto, para uma educação transformadora. Segundo ele, para evitar abstração da matemática pode-se usar a feira ou o supermercado. "Por que não contar a história dos partidos políticos brasileiros? E na geografia os deslocamentos do presidente pelo mundo?", ironizou. Ele disse que só considera a escola realmente educadora quando ela interage com a cidade. Da mesma forma, a cidade pode educar os cidadãos. "O Orçamento Participativo é um instrumento de educação", defendeu. A palestra de Frei Betto foi intitulada Culturas e Ciclos da Vida: Desafios da (re)Invenção da Escola na Cidade Educadora.

Gadotti: "O sonho é uma competência do educador"

No encerramento do encontro, o educador Moacir Gadotti, do Instituto Paulo Freire, homenageou o ambientalista José Lutzenberger – morto dois dias antes – como um defensor da cultura da sustentabilidade. Assim como Frei Betto, Gadotti disse que o neoliberalismo nos coloca diante de uma noção de educação mercantilista. "Há duas visões. Uma forma o consumidor e outra o educando. São diferentes conceitos de cidadania", afirmou.

Gadotti começou sua conferência falando das origens etimológicas da palavra cidade, cujas raízes são as mesmas de cidadania, cívico, civil, civilizado, educado. "Etimologicamente, cidade já implica uma noção de cidadania", explicou. Segundo o educador, toda a cidade nos ensina por ela mesma. No entanto, há um outro tipo de cidade que não apenas ensina o que é, mas é apropriada pelo sujeito, que a transforma.

"A escola não pode estar fechada. E ela não deve só se abrir, mas ir até a cidade". Com isso, Gadotti quis dizer que se deve ir até onde moram os estudantes, saber o que eles ouvem, do que gostam, o que comem. É assim que ele entende uma escola cidadã, "uma escola para e pela cidadania". Contou a experiência que teve em uma escola de Osasco, na grande São Paulo, em que ela era o único espaço público existente em uma favela. "Era depredada diariamente". Gadotti esteve no local e entendeu que havia um grave problema de rejeição daquele equipamento, pela comunidade, só não sabia que problema específico incomodava os moradores. "No dia em que eu estive lá, uma menina havia feito xixi em uma sacola plástica e atirou em uma professora. Uma fotógrafa italiana foi fotografar a escola e outra menina lhe perguntou: 'por que você vai fotografar esta escola feia?' Ela foi fotografar a menina e a menina retrucou: 'Por que você vai me fotografar se eu sou feia?'. Uma menina



Cristina Lima

de dez anos! Uma menina de dez anos não pode se achar feia. Então alguma coisa estava muito errada". Em seguida, Gadotti fez com que arrumassem o prédio da escola e limpassem uma área no pátio central. Deu certo. "O grande desafio é romper a distância com a comunidade. A escola tem que ser uma escola que ouve, que presta atenção, que aprende", afirma.

De acordo com o educador, Paulo Freire, no tempo em que foi secretário de Educação da Prefeitura de São Paulo (início dos anos 90), tentou romper com a uniformidade das escolas, tentando fazer com que cada uma tivesse a sua própria face, refletindo, um pouco o lugar em que está. Além disso, a escola, na concepção freireana, deveria ser um espaço de organização popular, não só de formação. "Talvez isso ajudasse a combater um grande problema do aprendizado", ponderou.

92% das crianças não gostam de estudar

Não basta ter princípio, tem que ter método e fazer junto. Por isso, o novo educador não é aquele que tem um princípio, mas aquele que acompanha o desenvolvimento do aprendizado, fazendo seu caminho junto. "Daí que o professor não pode ser um burocrata, mas tem que saber construir um sentido, um signo. Ensinar é uma palavra que vem de insignare, que quer dizer 'colocar um sinal nas coisas'", falou.

Segundo Gadotti, um levantamento da Unicef mostra que 92% das crianças não gostam de ir para a escola, o que significa que elas não vêem sentido nisso. A solução seria a escola colocar sentido, um sentido que deveria impregnar cada ação cotidiana. Ele chegou a afirmar que às vezes esquecer e não aprender pode ser um sinal de inteligência, pois pode significar uma forma de reagir à escola. "E quem reage pelo menos está no caminho certo". Citou como exemplo um estudo da Unicamp, em que um professor acompanhou durante oito anos uma única turma, da primeira a oitava série e provou que a escola acaba com a vontade de ler, que, no começo, as crianças têm. O resultado disso são pessoas muito pouco vivas e ser vivo, falou, lembrando Tomás de Aquino, "é um ser que se move por si mesmo". Puxando a responsabilidade da educação para o professor, Gadotti afirmou: "não é competente o educador que não tem sonho".

CRISE NA ARGENTINA

Tristeza portenha

A crise política e econômica tem mexido não só com a vida dos argentinos, mas também com a cara de Buenos Aires, considerada uma das mais belas cidades da América do Sul. Os portenhos são unânimes em dizer que sua cidade está triste nesses tempos de dificuldades econômicas e que seu charme se sustenta a muito custo. Até mesmo a colorida Feira de San Telmo ganhou uma sombra, seu "duplo", como diria Jorge Luis Borges, o mais famoso escritor argentino. Trata-se de uma feira em que os moradores pobres do bairro levam para baixo de um viaduto roupas e eletrodomésticos da própria casa e até brinquedos, para vendê-los aos turistas. No sábado, na falta de gente "que tiene plata", a feira funciona num sistema de trocas.

Textos e fotos: Jéferson Assunção, especial de Buenos Aires

Estão mais escassos os passeios noturnos com lojas e cafés abertos a noite toda nas ruas Lavalle e Florida. Os portenhos têm preferido ficar em casa, seguindo o pouco dinheiro que ainda circula, junto com bônus do governo e créditos das redes de troca. Nas ruas, o que cada vez mais se vê são pessoas pedindo ajuda, quase sempre mulheres com crianças pequenas no colo, circulando nas entradas dos cafés e shoppings. Os homens engraxam sapatos ou oferecem serviços manuais. Em locais turísticos, os pedintes desafiam a "bonaerense", a Polícia Federal Argentina (PFA), onde são impedidos de circular para não espantar os turistas.

Funcionária da padaria de um supermercado na capital argentina, Cecilia Mariel, 21, afirma: "A cidade está muito triste, agora. As pessoas estão nervosas com tudo o que está acontecendo". Ela tem poucas esperanças de que algo mude em breve. Por isso, assim como muitos outros argentinos de sua idade, quer sair do país. Durante as férias de verão (os argentinos têm direito a apenas 15 dias por ano), arriscou-se a vir ao Brasil pela primeira vez para conhecer o país e tentar arrumar um emprego. "Tinha até conseguido, mas lá pagam muito pouco e eu não conseguiria estudar", explica. Assim, resolveu continuar em seu trabalho no bairro, até que as coisas melhorassem. "Se melhorarem, no que não acredito. Estou decidida a ir embora para o Brasil", diz.

É um clima bem diferente de dois meses atrás, quando os argentinos nutriam esperanças de que a crise passaria rápido. Se não de outra forma, pelo menos com uma "ajuda" do Fundo Monetário Internacional (FMI), que não veio.

Hoje, a esperança deu lugar à impaciência, a um nervosismo que parece anunciar uma explosão iminente. "Por que não saem de lá de uma vez? É que não querem largar o poder", reclama um taxista, circulando pelo centro da cidade vazia em plena tarde do sábado 18, e queixando-se de que as eleições presidenciais ainda estão muito longe (caso o presidente Eduardo Duhalde não renuncie antes, elas só devem sair em 2003).

E problemas não faltam a Duhalde, tanto fora quanto dentro da Casa Rosada. Entre outros, estão divergências em relação à forma de manutenção do "cunhalito" financeiro, que provocaram uma crise na equipe econômica. O resultado poderia ter sido a saída do presidente do Banco Central, Mario Blejer, que não aconteceu por pouco. Do outro lado do ringue estava o recém-empossado ministro da Economia argentino, Roberto Lavagna, que chegou há pouco com a missão de acalmar os ânimos dos investidores estrangeiros. Não tem conseguido.

Nos jornais, a equipe econômica é alvo preferido de chargistas. Por ocasião da estréia do filme El Hombre Araña (O Homem Ananha), uma charge no jornal El Clarín de sábado, 18, mostrava o ministro da Economia, com a roupa do super-herói, enredado numa teia de problemas econômicos. Ironica, anunciava um suposto filme chamado "El Hombre Lavagna". Alguns problemas não puderam esperar nem a segunda-feira. Durante as ma-

drugadas do fim-de-semana 18 e 19, as empresas de ônibus fizeram paralisações, em protesto contra a falta de resultados do governo. Se as ruas estiveram desertas, estádios de Buenos Aires, pelo menos, lotaram para a 19ª rodada do campeonato argentino, quando o Boca Juniors venceu o Newell's Old Boys por um a zero, e o River Plate passou pelo Rosario Central por 3 a 2. Em meio à crise, festa das duas maiores torcidas do país. Pouco importava que, no dia seguinte, estaria impossível atravessar a 9 de Julho às 11 da manhã, quando centenas de ônibus escolares amarelos trancariam o trânsito em direção à Plaza de Mayo. Barulhentos motoristas mostravam sua indignação à população portenha, gritando de dentro dos ônibus impropérios contra o governo. No asfalto impecável, retumbavam os mesmos tambores azuis e vermelhos usados no dia anterior para torcer pelos times.

Barril de pólvora

A cidade continua a ser palco diário de manifestações, de filas de indignados correntistas e aposentados em frente a bancos e casas de câmbio. Mas há uma diferença. Na medida que o tempo passa e a solução não chega, aumenta o desprezo à classe política, o que transformou o país num barril de pólvora prestes a explodir. Muitos acreditam que o pavio já esteja, inclusive, aceso, e que Duhalde e seu governo correm para tentar apagá-lo a tempo. Quinta-feira, dia 23, os jornais argentinos tentavam desmentir que Duhalde tinha planos de renunciar. Boato que ressurge quase semanalmente.

O medo de uma revolta da população, que em dezembro saqueou lojas e depredou agências bancárias, não abandonou alguns bancos. Por isso, até hoje eles não desmancharam as barricadas de chapas metálicas, à espera de possíveis coquetéis molotov e pedras. E têm motivo para tanto. Mal chegada a segunda-feira, 20, depois da saída do Scotiabank, banco canadense, da Argentina, foi a vez do Crédito Agrícola abandonar o mercado no país do Prata. O Banco de la Nación se obrigou a estatizar três bancos para não perder ainda mais, nem apavorar o mercado. Tudo isso aconteceu no dia 21, motivando nova disparada do dólar, que chegou a 3,60 pesos e nova corrida às ruas.

Foi neste clima que Eduardo Duhalde desembarcou no aeroporto de Ezeiza, Buenos Aires, depois de uma semana na Europa, onde Duhalde tentou apoio ao país. Ao chegar, o esperava mais uma crise. A primeira greve enfrentada pelo presidente Duhalde estava sendo gestada, organizada pela CGT e a CGT dissidente. As divergências das centrais de trabalhadores foram deixadas momentaneamente de lado para enfrentar a falta de respostas à crise por parte do governo. Com a demora da chegada das soluções externas, cresceram os problemas internos. De sua parte, os mais necessitados se organizam como podem para resistir à crise. Foi assim, que iniciaram as feiras populares e as redes de troca. Uma delas promove, aos sábados uma feira no bairro San Telmo a menos de cem metros da famosa feira de antiguidades.



Tudo na base da troca

Maria Eugenia Corbalan Alarcon coordena a Assembléia 20 de dezembro de San Telmo, que nos sábados promove a Feira de Trocas de San Telmo. Nascida no Chile, Maria Eugenia vive há 30 anos na Argentina. "O nome da Assembléia é uma homenagem, porque nos dias 19 e 20 se gestou na Argentina algo bem pouco comum, quando a população derrubou um estado de sítio, levantado pelo ex-presidente Fernando de La Rúa", diz orgulhosa, Maria Eugenia. San Telmo tem, segundo a líder comunitária, uma grande quantidade de crianças desnutridas e o maior percentual bonaerense de albergues municipais - hotéis pagos pelo governo a famílias carentes. Ela estima que 70% da população do bairro sejam de pobres. Todos os sábados, eles realizam assembleias que chegam a juntar de 200 a 250 pessoas.

É também no sábado que funciona a feira de trocas, promovida pelo clube de trocas do bairro (esses clubes se espalharam pela Argentina desde que a crise se iniciou). Lá, eles trocam mercadorias e serviços por vales que só podem ser trocados, nunca vendidos nem acumulados. É assim que desempregados e subempregados vêm fazendo o que eles próprios consideram uma "reinvenção do mercado", usando créditos para sobreviver. Na prática, estão mostrando que é possível sobreviver sem dinheiro no bolso, desde que se aposte na solidariedade. E na organização.

Além de garantir a subsistência, a feira é uma maneira encontrada pela parte pobre da população para chamar a atenção da sociedade argentina para as dificuldades que vem enfrentando. "É a realidade. Esse país se caracterizou em toda a sua vida por mostrar coisas que não existiam: somos de primeiro mundo, somos os campeões do mundo de futebol, temos a melhor jogadora de tênis. Mas a verdade é outra: as pessoas estão morrendo de fome. Esta é a realidade do ano 2002, depois de tantos problemas de corrupção, e com a situação cada vez pior", indigna-se Maria Eugenia.

Como funcionam os clubes de troca

Inscrito em um clube de trocas, um carpinteiro desempregado pode trocar seu trabalho por alguns créditos, com alguém que precisar de uma reforma na casa e que se disponha a, por exemplo, a fazer bolos de chocolate. Os bolos, por sua vez, podem ser trocados por créditos, na vizinhança, ou na feira de trocas. A confeitaria pode utilizar seu pagamento para "comprar" verduras de algum agricultor que participe da rede ou quem sabe leite de um produtor associado. Por sua vez, o agricultor poderá adquirir roupas ou uma tevê usada, na feira de trocas, se quiser, gerando a uma família um poder de "trocas" que a ajude a sair da crise. É dessa maneira que uma grande rede de redes soli-

dárias já se formou no país, com tantos participantes que já se perdeu a conta. Segundo o filósofo Euclides Mance, autor do livro A Revolução das Redes, sobre o assunto, atualmente 250 mil pessoas vivem apenas de trocas na Argentina.

Os clubes de troca, conforme Maria Eugenia, existem porque o governo abandonou uma grande parte da população à própria sorte. "Eles não dão as respostas que precisamos, então criamos o clube e as feiras", fala. E as trocas deram tão certo que hoje os créditos são a terceira moeda, depois do peso e do dólar, na Argentina. "Tratamos de repartir tudo o que temos, porque estamos todos mal. Quem vai ao clube de troca não está bem. Está mal, mas nos ajudamos uns aos outros", fala.

Crise gerou assembleias de vizinho em todo país

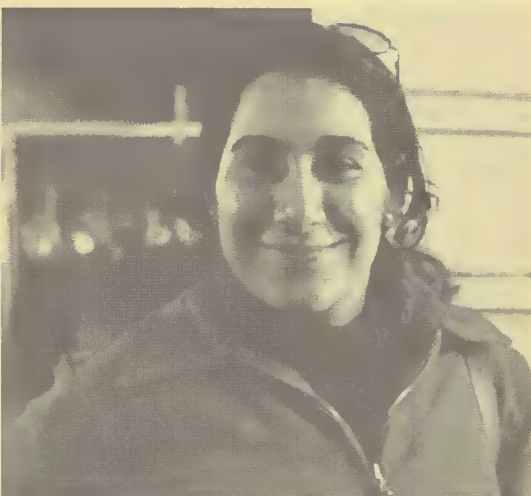
Além de promoverem as feiras, a Assembléia 20 de Setembro atua como uma associação de bairro, que visa buscar soluções para as urgências locais. Entre as conquistas do grupo estão cestas básicas, de 150 pesos que todos os meses o governo federal disponibiliza. Também conseguiram que,

San Telmo tem agora "feiras dos excluídos"

Desde o final do ano passado, a tradicional Feira de San Telmo, em Buenos Aires, tem um concorrente, não tão charmoso, mas que talvez expresse melhor o momento pelo qual a Argentina está passando. Ao invés da elegante Plaza San Telmo cercada por prédios antigos e bem conservados, as feiras solidárias de San Telmo se realizam numa área de terra batida sob um viaduto a duas quadras da Plaza San Telmo. A improvisação aparece por todos os lados, desde os seguranças, da própria comunidade, com crachás de papel alfinetados nas jaquetas, até as barracas de venda de comida. Dispostas em três fileiras, as bancas são cuidadas por donas de casa – a maioria – que passam o tempo tomando mate e tentando amainar o frio que passa a fazer em Buenos Aires nesta época do ano. Oferecem, muitas vezes, seus próprios eletrodomésticos ou utensílios domésticos.

No domingo, do meio-dia às 17h, os objetos estão à venda porque a feira de San Telmo atrai turistas ao bairro, o que significa dinheiro circulando. A jornalista desempregada Cristina Bargados, 28, coordena a Feira Popular da "Assembléia 20 de Dezembro", espécie de associação de moradores que homenageia o dia em que os argentinos saíram às ruas para derrubar o presidente Fernando de La Rúa, no ano 2001. A feira é uma oportunidade dos desempregados gerarem algum dinheiro, seja ele em pesos, patacones, lecopos ou dólares. Patacones e lecopos são um dinheiro paralelo impresso pelo governo municipal e das províncias, um bônus emergencial que cumpre o papel de dinheiro.

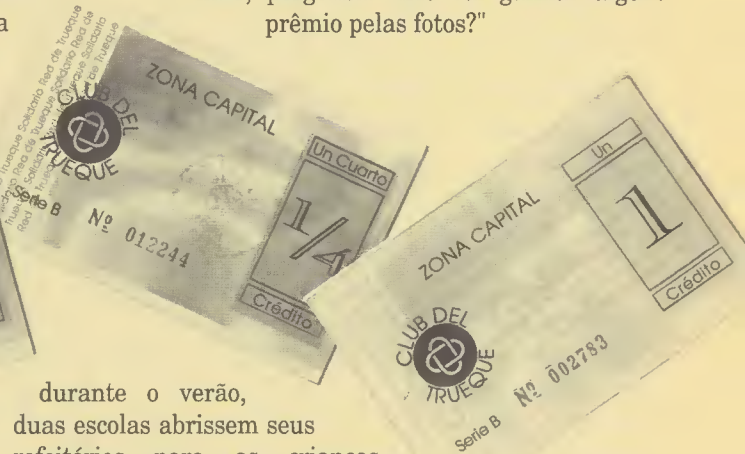
"É um mercado paralelo ao das ruas, que inclui pessoas que ficaram fora do sistema. Assim, elas têm pelo menos o que comer, o que vestir etc. É a única oportunidade que eles



Cristina Bargados

têm neste momento de gerar comida e vestimenta", explica Cristina. A Feira Popular é realizada há sete anos, mas com o acirramento da crise mudou-se para um local a duas quadras da famosa Feira de San Telmo. "É tal a quantidade de gente que participa da feira solidária que os que fabricam produtos artesanais não dão conta de todos os pedidos", afirma a jornalista.

Conforme Cristina, a maioria dos comerciantes de antiguidades é contra a feira porque consideram que ela afasta os turistas. "Não querem porque pensam que a pobreza espanta. Mas o turista que vem comprar de nós compra lá, também", argumenta. É por isso que Jonathan Paz, 8 anos, resolveu trazer, de casa, seus brinquedos para baixo do viaduto. Não para brincar, mas para vendê-los. "Estou vendendo porque não temos mais dinheiro em casa", explica. Na mesma situação, Delia Alegre, senhora que cuida do menino, pergunta: "Ele vai ganhar algum prêmio pelas fotos?"



durante o verão, duas escolas abrissem seus refeitórios para as crianças. Quando acabam as aulas, muitos estudantes do bairro ficam sem comer. Por isso exigiram do governo que, em janeiro e fevereiro, se abrissem as escolas para alimentar 700 crianças que não teriam o que comer em casa.

Essas conquistas podem, num futuro próximo, mudar o perfil do povo argentino, que, na opinião de Maria Eugenia, ainda é muito pacato. "Sempre fomos um povo muito sossegado e ainda seguimos dormindo, porque o governo indulta os grandes mas nós, se deixarmos de pagar a luz, nos cortam. O argentino não é um povo lutador. Não, sempre teve o que necessitou e sempre se conformou. Sempre tivemos governos corruptos, e isso não é uma coisa que vá mudar de um dia para outro". A economia solidária vem sendo praticada na Argentina há cerca de sete anos, mas ganhou impulso com a crise. A Rede de Trueque Solidario imprime seu próprio "dinheiro", que muda conforme a região do país. Um dos créditos é feito pelo nódo da Zona de Rosario e Sul da Província de Santa Fé, outro da Zona Capital, de Buenos Aires, carimbado pelo Nodo Esperanza.

GLOBALIZAÇÃO

O futuro do tempo

(2ª parte)



Jérôme Bindé*

Quarta característica que indica a crise do trabalho: o trabalho torna-se precário, frágil, volátil e, portanto, fonte de tensões extremas. Há anos se vem

insistindo, com razão, no problema do desemprego – principalmente na Europa – e no dramático aumento da exclusão. Viu-se também aparecer, em diversas regiões do mundo, o fenômeno do "crescimento sem criação de empregos". Devido à precariedade do trabalho, a sociedade se quebra em duas. Entretanto, a crise do desemprego deveria ser compreendida como um aspecto de uma crise mais ampla e mais duradoura: a do próprio trabalho.

Isso porque a precariedade não atinge só o desempregado, mas o próprio trabalho. Tal evolução provoca um profundo esgarçamento no tecido da sociedade. Na Grã-Bretanha, especialistas avaliam que uma pessoa que tenha feito dois anos de curso superior mudará de empregador pelo menos dez vezes durante sua vida profissional. As mudanças aceleradas de emprego são agravadas por uma degradação de conhecimentos, acentuada pela obsolescência rápida dos saberes, e por uma desagregação das competências induzidas pelo deslocamento constante dos indivíduos. Em resumo, "a acumulação dos conhecimentos e a trajetória profissional deixaram de ser valorizadas positivamente". Principais vítimas: as classes médias e os operários e técnicos superiores, sendo que se acentua o contraste com a elite.

Um fator de confusão e incerteza

Essa mutação acarreta uma crise dos valores do trabalho e uma profunda reviravolta da relação com o tempo. Como destacou Richard Sennett, em *Les Clés du XXIe siècle*, o modelo pós-fordista, ao valorizar o efêmero e a rápida rotatividade, destruiu a fraternidade no trabalho, a lealdade para com a instituição ou a sociedade, a fidelidade à empresa e a confiança entre os trabalhadores. Cada um procura salvar seu lugar no imediato e vê nos riscos, valorizados, entretanto, pelo capitalismo flexível, uma exposição ao perigo. O medo e a depressão predominam, exceto entre os altos executivos dirigentes. Como o trabalho deixa de se basear em "esquemas de gratificação distintos" (a "salvação pela economia", segundo Max Weber), o longo prazo é sacrificado à tirania da urgência, à luta pela sobrevivência e ao ganho imediato.

A estética do mercenário leva a melhor sobre a ética da duração. O contrato social e o contrato salarial são cada vez mais substituídos pelo contrato

comercial, baseado na exterioridade da terceirização. O horizonte da empresa concebida como empresa virtual é uma sociedade sem assalariados: uma mera etiqueta que cobre uma sucessão indefinida de associações efêmeras, de alianças provisórias por necessidade.

Em resumo, a nova revolução que solapa as bases do trabalho nos faz passar da identidade à incerteza. O trabalho

é cada vez menos um pólo de referência e cada vez mais um fator de confusão ou de incerteza com o qual os jovens mantêm uma relação de exterioridade, uma relação manipuladora que provoca mais estresse e descontentamento do que satisfação e que não cristaliza mais a identidade.

A lógica do tempo real e do imediato

Essa nova revolução da flexibilidade mina também a identidade porque o trabalho não faz mais "história". Ele era uma história, uma narrativa linear; tornou-se uma sucessão de fragmentos, de cenas que já não formam um roteiro. O trabalho cimentava o vínculo social. Hoje o desata e o desagrega, provocando, de uma só vez, a decomposição do vínculo civil e cívico, do cimento familiar e do sentimento nacional. O trabalho, enfim, estruturava o tempo: a crise e a mutação do trabalho quebram a flecha do tempo vivido e, valorizando o instantâneo, o presente e o curto prazo, destroem a representação do futuro e o sentido de qualquer projeto de longo prazo.

O paradoxo, portanto, é que se fala cada vez mais do trabalho, quando ele existe cada vez menos. No fundo, é o mesmo paradoxo que leva a falar cada vez mais do meio ambiente e da natureza, quando a natureza, a olhos vistos, se torna artificial, e o meio ambiente é cada vez mais desnaturalizado. Como dizia Walter Benjamin: "A verdade da essência de uma coisa se manifesta quando a coisa está ameaçada de desaparecer".

As sociedades humanas passam por um desregramento de sua relação com o tempo. Uma contradição maior está colocada. Elas precisam, gradativamente, projetar-se no futuro, para sobreviver e prosperar. E, cada vez mais, falta-lhes um projeto. Fala-se de um divórcio entre projeção e projeto. Esse divórcio tende a se aprofundar. De um lado, porque os grandes esquemas de pensamento e de representação parecem, a longo prazo, ter desmoronado; de outro lado, porque a globalização e o aparecimento de novas tecnologias impõem às sociedades a lógica do "tempo real" e o horizonte do curto prazo: hegemonia da lógica financeira e midiática; ajuste das decisões políticas – nas sociedades democráticas – ao horizonte da próxima elei-



Francisca Braga

ção; atribuição de importância extrema ao humanitário, quando diminui a ajuda ao desenvolvimento.

O modelo ético do contrato social

À tirania do imediatismo, que serve de desculpa para o "depois de mim, o dilúvio" dos príncipes, corresponde a tirania da urgência. Esta faz-se acompanhar pela retração acelerada das referências à idéia de projeto coletivo. Não conseguimos mais nos projetar numa perspectiva do tempo longo. Deste ponto de vista, a urgência desestrutura o tempo e deslegítima a utopia. O tempo parece abolido pelo instante. Por toda parte, o homem de hoje se arroga direitos sobre o homem de amanhã, ameaçando seu bem-estar, seu equilíbrio e, às vezes, sua vida.

Longe de ser um dispositivo transitório, a lógica da urgência torna-se permanente: impregna todo o tecido da sociedade, erigindo em princípio absoluto da ação coletiva o imperativo do resultado imediato. Entretanto, teria o uso de dispositivos de urgência desembocado na solução de problemas de longo prazo? Os fracassos da ação humanitária e os medíocres resultados obtidos pela comunidade internacional em matéria de gestão multilateral dos problemas mundiais parecem demonstrar o contrário.

Mas como reconstruir o tempo na hora da globalização? Como reabilitar o tempo longo? Dois obstáculos, observa o filósofo belga François Ost, opõem-se ao levar em conta o futuro. Trata-se, em primeiro lugar, do predomínio do modelo ético do contrato social, que não concebe obrigações senão entre sujeitos mais ou menos iguais e engajados em relações de troca baseadas em cláusulas recíprocas, quando se trata, com a noção de ética do futuro, de "ampliar a comunidade ética a sujeitos por vir, diante dos quais estamos numa relação totalmente assimétrica".

A flexibilidade como princípio absoluto

O segundo obstáculo é a "miopia temporal" da época, "que se traduz, ao mesmo tempo, em uma amnésia em relação ao passado, inclusive recente, e numa incapacidade em nos inserirmos num futuro sensato". É necessário refletir sobre os meios de superar esses dois obstáculos, estabelecendo os primeiros elementos de uma ética do futuro.

A reconstrução do tempo também pressupõe que os atores sociais e os tomadores de decisão parem de se "ajustar" ou de se "adaptar"; que se antecipem e tomem a dianteira. O século XXI será de previsões ou não será; prever para prevenir: este é o objetivo. Porque a demora entre o enunciado de uma idéia e sua realização é sempre muito grande. Uma geração, ou mesmo várias, é sempre o tempo mínimo para que uma política dê todos os frutos. Como o curto e o médio prazo já estão "nos trilhos" no que se refere ao essencial, o destino das gerações futuras dependerá cada vez mais de nossa capacidade para associar visão de longo prazo e decisões presentes. O fortalecimento das capacidades de antecipação e de previsão é, pois, uma prioridade para os governos, para as organizações internacionais, para as instituições científicas, para o setor privado, para os atores da sociedade e para cada um de nós.

Ora, como observa Hugues de Jouvenel, invoca-se cada vez mais, principalmente no Ocidente, a aceleração da mudança e a multiplicação dos fatores de ruptura para proclamar o caráter cada vez mais imprevisível do futuro e para daí deduzir que só uma coisa importa: a flexibilidade. "Opõe-se assim, cada vez mais, a cultura do 'apenas a tempo'... à do tempo longo que, no entanto, continua sendo o único limite em que podem ser empregadas verdadeiras estratégias de desenvolvimento." A construção de uma ética do futuro exige, pois, um questionamento dos modos de gestão que se baseiam na flexibilidade erigida em princípio absoluto e na recusa da previsão.

A "vontade de viver junto"

Mas é preciso ir mais longe: se não agirmos a tempo, as gerações futuras não terão tempo algum para agir. Correrão o risco de ser prisioneiras de evoluções tornadas incontrolláveis, tais como o crescimento demográfico, a degradação do meio ambiente global, ou as disparidades entre o hemisfério Norte e o hemisfério Sul e

dentro das próprias sociedades, o apartheid social e a influência mafiosa que se propaga.

Amanhã é sempre tarde demais. Um exemplo? Dez anos após a Cúpula da Terra, a Agenda 21 permaneceu, quanto aos aspectos essenciais, letra morta, com exceção dos tímidos avanços da Cúpula de Kyoto sobre a redução dos gases de efeito estufa, hoje questionados. Rio de Janeiro mais dez, ou será Rio menos dez? Por quanto tempo poderemos nos oferecer o luxo da inação? Alguém já calculou o custo da inércia e da ausência de ética do futuro?

A construção de uma ética do futuro exige que se inaugure uma perspectiva de valores. Três evoluções são determinantes: a primeira é a mutação temporal da responsabilidade. Éramos responsáveis apenas por nossos atos passados; atualmente, nossa responsabilidade incide sobre o futuro longínquo. Como diz Paul Ricœur, "confiaram-nos algo que é essencialmente frágil" e perecível: a vida, o planeta ou a cidade. Porque a cidade é perecível. Sua sobrevivência depende de nós (Hannah Arendt). Na verdade, nas palavras de Paul Ricœur, nenhum sistema institucional sobrevive "sem ser sustentado por uma vontade de viver junto... Quando esse querer se desmorona, qualquer organização política se desfaz muito depressa".

Em busca do tempo perdido

A emergência internacional do princípio da precaução, baseado na incerteza, constitui uma segunda evolução maior: qualquer previsão é, realmente, gestão do imprevisível e da incerteza; portanto, do risco. Segundo François Ewald, o novo paradigma da precaução "demonstra uma relação profundamente conturbada com uma ciência que é interrogada menos pelos saberes que propõe do que pelas dúvidas que sugere. As obrigações morais assumem aí a forma da ética".

Terceira evolução: ampliando sem cessar seu domínio de extensão, o patrimônio funda, daqui por diante, uma responsabilidade humana em relação às gerações futuras. Era um simples legado do passado, mas atualmente, e em última instância, abrange toda a cultura e toda a natureza. Não se limita mais às pedras, mas integra o patrimônio imaterial e simbólico, ético, ecológico e genético.

A construção de uma ética do século XXI exige a "reforma do pensamento" citada por Edgar Morin. Essa reforma também pressupõe uma reforma dos vínculos entre o pensamento e a ação, baseada, por exemplo, na evolução rumo a um "direito comum" da humanidade (Mireille Delmas-Marty).

A crise do político coincidiu amplamente, no Oeste, no Leste e no Sul, com a "crise do futuro" e sua ilegibilidade crescente. Chegou a hora de lembrar que a política consiste, primeiro e antes de tudo, em estruturar o tempo, já que "a tarefa específica do homem político" é "o futuro e a responsabilidade diante do futuro" (Max Weber).

Partindo dessa premissa, não cabe opor a solidariedade às gerações presentes à solidariedade às gerações futuras. A generosidade não se divide. O pouco caso que se faz dos excluídos do Terceiro Mundo e do Quarto Mundo é a outra face da moeda; o esquecimento das gerações futuras é seu reverso. A ética do futuro é fundamentalmente uma ética do tempo que reabilita o futuro, mas também o presente e o passado.

Se quisermos mudar de modo radical nossa relação com o tempo, deveremos redescobrir, neste início do século XXI, uma sabedoria antiga: habitar o tempo e, como Marcel Proust nos convidava a fazer, saber encontrar o tempo perdido...


Tradução: Iraci D. Poleti

* Diretor da Divisão de Antecipação e Estudos Prospectivos na Unesco. Principal co-autor do relatório prospectivo mundial da Unesco Un Monde Nouveau (ed. Odile Jacob/Unesco, Paris, 1999) e coordenador do livro coletivo Les Clés du XXIe Siècle, primeira antologia de "Entretiens du XXIe siècle" (ed. Seuil/Unesco, Paris, 2000). Versões preliminares deste artigo foram apresentadas sob a forma de exposições na 5ª Conferência da Agenda do Milênio, organizada pelo Conselho Internacional de Ciências Sociais e pela Unesco (Rio de Janeiro, 1999), bem como no Colégio Internacional de Túnis (abril de 2001).

Desemprego aumenta em SP

A taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo subiu de 17,7% em abril de 2001 para 20,4% da população economicamente ativa em abril de 2002, segundo a Folha on line de 27 de maio, dados da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego). Essa é a maior taxa registrada desde 1985, quando a pesquisa começou a ser realizada. O livro A Situação do trabalho no Brasil, publicação do DIEESE que analisa dados até 1999, já indicava este aumento: em 1989 a taxa de desemprego total era de 8,7%, e em 1999, de 19,3%. O DIEESE realiza mensalmente pesquisas sobre emprego nas principais regiões do país. O resultado divulgado no dia 27 indica um percentual de bem maior do pesquisado pelo IBGE, que registrou um aumento de 8% para 8,9% no mesmo período. A diferença é de 11,5 pontos percentuais. A PED utiliza a método da Organização Internacional do Trabalho, que divide o desemprego em três categorias: aberto, oculto por desalento e por trabalho precário. O IBGE mede apenas o desemprego aberto. Ainda, para a PED, estão em situação de desemprego aberto as pessoas que procuraram emprego nos 30 dias anteriores à pesquisa, e, para o IBGE, nos sete dias anteriores. A pesquisa do DIEESE acaba por refletir melhor a realidade da população brasileira, que enfrenta longos períodos de desemprego ou sobrevive no emprego informal.

PRESTAÇÃO DE CONTAS



contas e assessoria

ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS

CNPJ-MF Nº 99.767.204/0001-64

| BALANCETES - VALORES MENSAIS - 2001 | |
|-------------------------------------|--------------|
| RUBRICAS / MESES | DEZ |
| ATIVO | 2.139.844,16 |
| FINANCEIRO | 1.898.430,75 |
| DISPONIVEL | 255.089,01 |
| CAIXA | 7.180,89 |
| BANCOS | 85.904,58 |
| APLICAÇÕES LIQUIDEZ IMEDIATA | 164.035,96 |
| REALIZÁVEL | 1.631.241,74 |
| APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO | 1.420.365,73 |
| APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 1.420.365,79 |
| CRÉDITOS A REALIZAR | 210.976,01 |
| DEVEDORES | 9.000,00 |
| CRÉDITOS A RECUPERAR | 200.044,88 |
| ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS | 1.572,17 |
| PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER | 858,98 |
| ATIVO PERMANENTE | 268.413,41 |
| IMOBILIZADO | 247.013,17 |
| BENS MÓVEIS | 74.251,98 |
| BENS IMÓVEIS | 187.167,89 |
| REFORMAS EM ANDAMENTO | 45.108,19 |
| (DEPRECIACÕES ACUMULADAS) | 89.584,98 |
| DIFERIDO | 6.400,24 |
| SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS | 8.887,88 |
| (AMORTIZACÕES ACUMULADAS) | 2.287,84 |

| | |
|------------------------------|--------------|
| PASSIVO | 2.142.347,32 |
| PASSIVO FINANCEIRO | 250.224,30 |
| OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS | 237.810,74 |
| OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS | 893,80 |
| OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL | 0,00 |
| OBRIGAÇÕES DIVERSAS | 0,00 |
| CRÉDITOS DIVERSOS | 237.008,84 |
| OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS | 12.413,58 |
| PROVISÕES FINANÇAS O PESSOAL | 12.413,58 |
| SALDO PATRIMONIAL | 1.892.123,02 |
| ATIVO LÍQUIDO REAL | 608.860,40 |
| SUPERÁVIT ACUMULADO | 1.283.172,62 |

| ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS | | FOLHA 2 |
|--|-------------|--------------|
| RUBRICAS / MESES | DEZ | ACUMULADO |
| RECEITAS | 91.811,28 | 1.103.822,85 |
| RECEITAS CORRENTES | 71.492,04 | 852.600,30 |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 71.492,04 | 882.600,30 |
| RECEITA VENDA DE MATERIAIS | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS PATRIMONIAIS | 19.351,40 | 236.039,15 |
| RECEITAS FINANCEIRAS | 19.351,40 | 256.089,15 |
| RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS | 0,00 | 5.726,02 |
| PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS | 0,00 | 5.726,02 |
| OUTRAS RECEITAS | 767,84 | 9.467,18 |
| RECUPERAÇÃO DE DESPESAS | 808,84 | 6.622,30 |
| OUTRAS RECEITAS | 20,00 | 3.904,88 |
| DESPESAS | 117.410,45 | 1.106.325,81 |
| DESPESAS CORRENTES | 117.410,46 | 988.915,36 |
| DESPESAS COM CUSTEIO | 27.727,71 | 350.081,04 |
| DESPESAS COM PESSOAL | 9.766,88 | 138.884,62 |
| DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS | 9.092,49 | 102.324,82 |
| DESPESAS DE EXPEDIENTE | 5.860,28 | 78.087,26 |
| DESPESAS COM IMPOSTOS/TAXAS/CONTRIBUTIVOS DIVERSOS | 610,21 | 6.845,67 |
| DESPESAS LEGAIS | 0,00 | 1.908,11 |
| DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO | 207,08 | 6.596,28 |
| DEPRECIACÕES E AMORTIZACÕES | 1.936,10 | 15.871,61 |
| DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO | 745,89 | 3.810,62 |
| ENCARGOS FINANCEIROS | 119,20 | 881,20 |
| DESPESAS DIVERSAS DE CUSTEIO | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS | 60.626,20 | 634.375,02 |
| DESPESAS COM VEICULAÇÃO | 680,00 | 6.100,20 |
| DESPESAS COM VIAGENS | 6.990,60 | 102.384,08 |
| DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS | 450,00 | 4.796,21 |
| DESPESAS GATIVD. POLITICO-ASSOCIATIVA | 41.126,70 | 207.880,87 |
| DESPESAS COM PUBLICAÇÕES | 12.700,00 | 203.471,76 |
| DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS | 0,00 | 9.861,60 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 26.056,54 | 221.889,75 |
| CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES | 29.282,24 | 178.808,31 |
| CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT | 9.773,90 | 42.288,44 |
| RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS | (25.799,17) | (2.503,16) |
| RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO | (2.503,16) | (2.503,16) |

RUBENS C. V. WEYNE

PRESIDENTE

NINO H. FERREIRA DA SILVA

CONTADOR - CRC/RS Nº.14418

Eduardo K. M. Carrion - Ex-Diretor e Professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Ufrgs

França: vitória da República e da Democracia

O segundo turno das eleições presidenciais na França expressaram sensivelmente uma vitória da República e da democracia, uma vitória de luta antifascista, respaldada por expressivas mobilizações de massa ocorridas em todo o país desde logo após o primeiro turno. Os resultados do primeiro turno, que significaram uma derrota para o candidato socialista, Jospin, permitiram que o candidato da extrema-direita ou da direita fascista, Le Pen, disputasse a cadeira presidencial com o candidato da direita clássica, Chirac. Com a vitória de Chirac contra Le Pen, o embate esquerda x direita ficou num certo sentido adiado para as eleições legislativas a ocorrerem, também em dois turnos, em 9 e 16 de junho próximo. Mas em um outro contexto, agora de fortalecimento do ideais democráticos. Não está ainda afastada a possibilidade eventual de uma nova "coabitação", ou seja, de conviverem uma maioria presidencial de direita e uma maioria parlamentar e, em consequência, um governo de esquerda, tal como já vinha ocorrendo.

Essa reafirmação da República e da democracia não deve porém fazer esquecer o risco do ressurgimento de alternativas fascistas ou do surgimento de alternativas neofascistas, sensibilizando até mesmo camadas populares, num mundo em intensa e profunda mutação. Daí a atualidade e a necessidade da luta contra o fascismo em todas as suas manifestações.

Elementos de relativização

Por isso mesmo, a expressão eleitoral da direita fascista nas eleições presidenciais na França não pode ser subestimada. Entretanto, caberia, mesmo assim, relativizar sua importância. Nesse particular, alguns elementos devem ser lembrados:

a) a França caracteriza-se historicamente como um país onde as diferenças para não dizer as contradições políticas são mais acentuadas, mais explícitas ou, pelo menos, mais aparentes. Apresenta-se como cenário das mais diversas e diferentes experiências políticas. Nesse sentido, não tão surpreendente que, num contexto político propício, ressurgja com uma certa força a extrema-direita ou a direita fascista;

b) o avanço eleitoral da extrema-direita não foi assim tão significativo (Le Pen obteve no primeiro turno em torno de 250 mil votos a mais do que na eleição anterior, em 1995, num eleitorado de mais de 40 milhões), embora potencializado pela derrota de Jospin;

c) a esquerda como um todo obteve no primeiro turno um avanço eleitoral com relação às eleições presidenciais anteriores, em 1995;

d) de maneira geral, a esquerda francesa enfrenta desafios semelhantes aos da esquerda, ou melhor, da "terceira via" em outros países europeus, o que remete, por sua vez, às razões do fenômeno.

Razões do Fenômeno

Tem sido apontado com ênfase como uma das razões da derrota de Jospin no primeiro turno das eleições presidenciais a dispersão de votos ou a fragmentação da esquerda. O bloco governamental que chegou ao governo nas eleições legislativas de 1997, a chamada "esquerda plural": socialistas, "chevènementistas", radicais de esquerda, comunistas e verdes dividiu-se, lançando candidaturas diferentes às eleições presidenciais. Isso sem falar na esquerda trotskista que apresentou três candidaturas distintas, alcançando só ela em torno de 10% dos votos. Entretanto, esse aspecto remete para outros mais relevantes.

Elemento ponderável é a crise do sistema político, a crise de representação dos partidos políticos tradicionais, de direita ou de esquerda, e das próprias instituições representativas, aspecto esse institucional. Crise também decorrente da transferência de decisões políticas e econômicas do espaço nacional para esferas e instâncias supra-

nacionais, sem controle popular mais efetivo. Essa crise expressou-se tanto no alto índice de abstenções, quando em comparação com eleições presidenciais anteriores, nesse primeiro turno das eleições presidenciais de 2002 (de 28,40%), revelando pouco interesse, desmotivação, desilusão, desencanto quando não desafeição com relação ao sistema político, como no crescimento da esquerda trotskista e da extrema-direita ou da direita fascista.

Ponto relevante diz respeito a transformações provocadas pelo denominado processo de globalização ou, como preferem alguns, mundialização. Ao mesmo tempo em que se amplia e se aprofunda a integração entre sistemas econômicos, sistemas sociais, sistemas políticos e sistemas culturais, contraditoriamente reforçam-se tendências particularistas e localistas, algumas de resistências ao processo de globalização, facilmente instrumentalizadas pela extrema-direita, traduzindo-se em xenofobia, racismo e, em face do enfraquecimento do Estado-Nação, nacionalismo de direita, entre outras características. No caso europeu e, em especial, francês, marcado por uma tradição nacionalista, há ainda de se levar em conta as reações à construção da União Européia, à "euro-globalização".

Outro elemento que merece ser apontado, entre tantos outros, é a crise do projeto político da "terceira via", do projeto político da neo-socialdemocracia que não respondeu suficiente e eficazmente aos desafios impostos pelo processo de globalização ou de mundialização, favorecendo assim o discurso da extrema-direita. Sem falar que o discurso da neo-socialdemocracia pouco se diferenciou do discurso da direita clássica no primeiro turno das eleições presidenciais.

Liberdade, Igualdade e Solidariedade

Impõe-se antes de tudo resgatar a verdadeira e legítima inspiração democrática, tornando mais vivas e atuais as instituições democráticas, modernizando a vida política e partidária, melhor sintonizando o sistema político democrático com a sociedade e os cidadãos. Num certo sentido, urge reinventar ou revigorar a democracia na perspectiva de uma democracia mais participativa e mais cidadã.

Para a esquerda, cabe da mesma forma reinventar seu projeto no quadro do processo de globalização ou mundialização, resgatando igualmente sua inspiração fundadora, sem diluir seu projeto no contexto do projeto da direita clássica.

Finalmente, os resultados finais das eleições presidenciais na França, com a derrota da extrema-direita ou da direita fascista e a reafirmação da República e da democracia, somados às possibilidades abertas pelas eleições legislativas em junho próximo poderão colaborar para a definição de um novo rumo para a democracia no plano mundial, retomando o ideário clássico e sempre atual e nunca suficientemente atendido da Revolução Francesa de liberdade, igualdade e fraternidade (solidariedade).



Detalhe de "A liberdade guiando o povo" de Eugène Delacroix



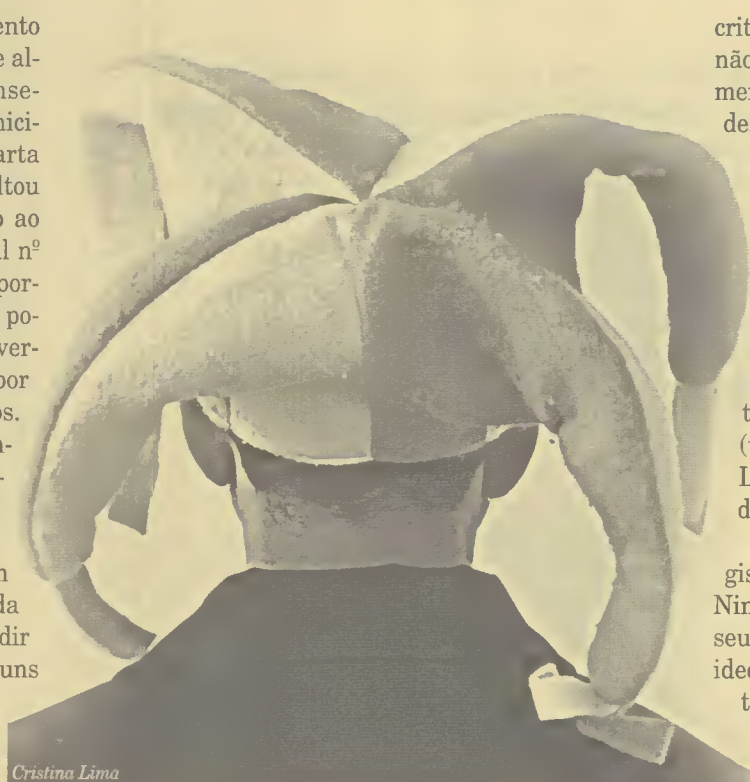
Arte contra a barbárie

Em dezembro último, o movimento paulista Arte contra a Barbárie alcançou um feito notável. Conseguiu ver aprovado na Câmara Municipal e sancionado pela prefeita Marta Suplicy um projeto de lei que resultou num Programa Municipal de Fomento ao Teatro para a Cidade de São Paulo (Lei Municipal nº 13.279, de 8 de janeiro de 2002). O programa é importante por propor um novo paradigma para se pensar políticas públicas para a área cultural. Não distribui verbas para montagens, e sim para projetos liderados por grupos já estruturados. Em vez de eventos, processos. No lugar de prestação de contas como forma de manter o rabo do artista preso, acompanhamento da implementação do projeto e de seu impacto na comunidade onde se encontra.

O movimento Arte contra a Barbárie surgiu em 1998. Um grupo de artistas e intelectuais paulistas da área teatral foi convidado a refletir sobre "o que pedir para as novas gestões que seriam empossadas". Alguns dos presentes – Gianni Ratto, César Vieira, Eduardo Tolentino, Marco Antônio Rodrigues, Hugo Possolo, entre outros – chegaram à conclusão de que seria perda de tempo pedir qualquer coisa. Seria reproduzir um diálogo viciado que só faz legitimar como interlocutor a autoridade de plantão. Legitimada, a autoridade enrola até a troca de guarda seguinte. Os fazedores de cultura têm, em geral, uma crassa ignorância sobre o quadro político e econômico em que sua produção se dá. E não conhecem a realidade e o modus operandi dos políticos. Desse jeito, não adianta passar o chapéu. Mesmo que caia alguma migalha, nossa miséria intelectual continuará a guardar nossa miséria material.

Terá isso importância no estado atual do mundo? Faz sentido se falar em investimentos públicos na cultura? Há algo por que se militar politicamente nessa área? Sim, mais que nunca. A questão da diversidade cultural é central na discussão da reestruturação das sociedades na busca de um espaço entre o irresponsável Estado Mínimo e o fantasma do velho Estado paternalista. Cultura é parte integrante do processo de educação, identificação e cidadania de qualquer população. Mais ainda no nosso caso.

O primeiro passo é separar indústria cultural dos modos culturais que não se propõem a entrar no mercado, como ele está caracterizado. As duas realidades são importantes e precisam de políticas próprias. Ambas foram prejudicadas, nos últimos anos, quando a única política pública para a área resultou na transferência das verbas públicas destinadas ao fomento da produção para o financiamento das políticas de comunicação das grandes empresas. Empresas descontam 100% do que investem em cultura de seu imposto a pagar. (125%, no caso do audiovisual, mas façamos uma "exceção indus-



Cristina Lima

trial" nesse caso. Deixemos o audiovisual de fora dessa nossa reflexão.) Apesar de não colocar um centavo do seu bolso, as empresas têm a liberdade para escolher os projetos sem ter que definir ou obedecer a nenhum critério. Resultado: a produção comercial de teatro viu seus elementos de produção sofrer uma inflação de tal ordem que hoje um espetáculo sem patrocínio não se paga mesmo que esgote a bilheteria. Já quem tem acesso a um patrocínio garante um bom lucro, independentemente da produção ir bem ou fracassar. Não há atividade econômica que sobreviva nesses termos.

Por outro lado, a produção que por suas características não pode sobreviver do mercado não tem nenhuma fonte de financiamento ou fomento. Por definição o sistema de incentivos não serve para elas, já que a alocação dos investimentos é feita no âmbito das empresas. Seria uma distorção da função dos executivos da área de marketing que fazem a seleção escolher projetos que por sua natureza artística não podem se comprometer com resultados ou com limites morais ou políticos. Eles são pagos para defender os interesses de sua empresa. Que o façam com dinheiro público é responsabilidade do governo que assim o determina e da classe artística que por um tempo foi conivente, na ilusão de que seria comensal desse butim.

A única alternativa aos incentivos seria o chamado Fundo Nacional de Cultura que, teoricamente, existe para fomentar a produção cultural não-comercial. Impossível conseguir do Ministério a informação precisa - quem levou dinheiro, quanto, pra fazer o que e por quais

critérios. Mas quem conhece a produção de artes cênicas não-comercial de qualidade sabe que ali o dinheiro raramente chegou. No entanto, mesmo nesse quadro de total desolação, nunca houve tanta produção. (...)

O Arte contra a Barbárie é um fórum permanente de debates sobre política cultural. Desde 1998, promoveu duas séries de debates, chamados Espaço da Cena, com nomes como Milton Santos, Maria Rita Kehl, Yacoff Sarkovas, Paulo Arantes, Silvana Garcia, Eugênio Bucci, Celso Frateschi, Oswaldo Mendes e Walderez de Barros. Propôs e articulou a aprovação da Lei. Convidou para debater cultura os candidatos à Prefeitura de São Paulo (vários aceitaram, só Geraldo Alkmin compareceu). Lançou três manifestos. Mantém reuniões semanais de trabalho.

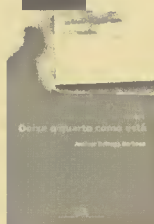
O movimento não tem estrutura formal. Não registrou o nome. Não abre franchising nem sucursal. Ninguém está autorizado a falar em seu nome. Entre seus participantes estão pessoas de um amplo espectro ideológico e estético. O que os une é a vontade de discutir de forma aprofundada as questões que, em seu entender, estão na base de qualquer reflexão e ação nessa área: 1) a importância da cultura nos processos de redemocratização em curso no Brasil e de

reversão de uma situação de barbárie em que grande parte da população mundial está impossibilitada de exercer sua cidadania pela própria estrutura das sociedades organizadas nos termos da economia globalizada; 2) a defesa do direito constitucional dos cidadãos ao acesso aos bens culturais; 3) a reestruturação da produção teatral e de suas propostas às diversas instâncias de governo, a partir da compreensão de sua realidade e diversidade; e 4) criação e manutenção de canais de diálogo permanente, no interior da própria classe artística, e desta com as autoridades, a mídia e, principalmente, a comunidade.

Politizar a questão cultural o grupo já conseguiu. O movimento corre agora dois riscos. O primeiro é ser dominado pelo corporativismo, desviar sua ação para reivindicações ou proposições pontuais, isto é, usar sua visibilidade atual para passar o chapéu. O outro é se meter na política cotidiana, partidária. Para isso existem os partidos, as ONGs, etc.

Quando os políticos compreenderem a centralidade da questão cultural em relação ao exercício da verdadeira democracia, quando mídia e população distinguirem entretenimento de cultura, quando os fazedores de teatro resolverem se querem ser profissionais ou amadores, teremos alcançado outro patamar. Até lá, é preciso ter a paciência e a humildade de compreender que se a democracia ainda está por ser construída, com a arte feita no mesmo território não poderia ser diferente. Pois arte sem liberdade é arremedo, tentativa. É, no máximo, entretenimento.

ORELHA

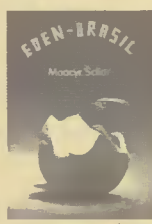


Deixe o quarto como está

Amílcar Bettge Barbosa

Uma casa redesenha a própria arquitetura como se estivesse viva. Um personagem acorda com um crocodilo agarrado às costas.

Outro toma um trem para sair da cidade, mas não consegue deixá-la. São alguns dos enredos deste livro de contos fantásticos do gaúcho Amílcar Bettge Barbosa. Companhia das Letras, 128p. R\$ 23,00.



Eden-Brasil

Moacyr Scliar

Rique, que sonha em ser autor de teatro, conhece Adamastor, que acaba de receber uma herança.

Juntos eles desenvolvem um projeto grandioso: construir um grande parque temático reproduzindo o Paraíso em pleno litoral de Santa Catarina. Companhia das Letras, 136p. R\$ 22,50.

Saúde mental & Trabalho Leituras

Saúde mental & Trabalho Leituras

Maria da Graça Jacques e Wanderley Codo (org.)

Livro com uma série de textos sobre a saúde mental e o trabalho, feito por organizadores autores que militam na área. O objetivo é ser uma introdução para quem busca um princípio de reflexão sobre o assunto. Editora Vozes.

WWW

Trabalho

☒ www.tempolive.org.br
Página que debate a necessidade de redução da jornada de trabalho.

Investigação

☒ www.cabezazo.8m.com
Dedicado a informações sobre as circunstâncias da morte do fotógrafo argentino José Luiz Cabezas, morto em 1997.

“Reposição de pessoal é uma prioridade emergencial”

Após um ano como vice-presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), o reitor da Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe), Mozart Neves Ramos, assumiu a presidência da entidade durante a 18ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno, realizada em Foz do Iguaçu, nos dias 18 e 19 de abril. Formado em Engenharia Química pela Universidade Federal de Pernambuco, em 1977, concluiu o doutorado em Química, em 1982, pela Universidade de Campinas, tendo realizado seu pós-doutorado na Politécnica de Milão, em 1987 e 1988. Há mais de 15 anos, é pesquisador nível 1 do CNPq, possuindo quase 100 trabalhos publicados em periódicos especializados. Nesta entrevista, concedida ao jornal Adverso, Mozart Neves Ramos aborda as prioridades de sua gestão na Andifes e fala sobre o projeto da entidade para aperfeiçoar a universidade pública brasileira.

Marco Aurélio Weissheimer

AD verso - **Quais são as suas prioridades para o mandato que se inicia?**

Mozart Neves Ramos - Estamos saindo de uma greve complexa que tomou grande parte do mandato. Mas isso nos deu uma experiência adicional que está ajudando, de certa maneira, a trabalhar um projeto para 2002/2003. Vamos ter que separar as situações emergenciais das ações estratégicas para a continuidade da Andifes. Saber distinguir os pontos é fundamental se quisermos construir um projeto de longo prazo para a Andifes. Na questão emergencial, temos dois pontos fundamentais. O primeiro deles é a reposição de pessoal, estabelecendo o quanto antes o número de vagas compatível com as nossas necessidades, até porque estamos hoje sob a mira do Tribunal de Contas da União e de órgãos de controle que, permanentemente, cobram uma posição. Precisamos resolver de imediato essa questão do limite do número de vagas. Temos o problema do tempo nesse aspecto, por isso merece uma atenção redobrada. Se isso não for resolvido ainda este ano, com a chegada das eleições, com o novo governo, vamos ter pelo menos dois anos sem reposição, o que será demasiado tarde para a situação das universidades federais. Outro aspecto importante é a questão da Lei Orgânica das universidades. É fundamental, tendo em vista uma transição do governo, que as federais apresentem uma proposta para a autonomia universitária. Uma autonomia plena, responsável, permitindo às universidades a execução de seus orçamentos, um orçamento global, que possa definir um novo projeto de carreira para o sistema das federais, porque o atual já caducou. Precisamos também construir um novo projeto de carreira para os técnicos administrativos e docentes.

Adverso - O MEC ainda não abriu concurso para as duas mil vagas, descumprindo o acordo feito com o Andes durante a greve. Pela disposição do Governo, o concurso só acontecerá em 2003. Como resolver esse problema?

“Temos, hoje, cerca de 22 mil cargos vagos que precisam ser preenchidos”

Ramos - De fato, esse é um quadro grave e preocupante. Um certo número de vagas tinha sido acordado para a saída da greve. No caso dos docentes, ficaram definidas duas mil novas vagas para este ano, além das duas mil que haviam sido concedidas antes da greve. Isso poderia repor 50% dos cargos vagos. Hoje, estamos com oito mil substitutos. Portanto, se pudéssemos fazer quatro mil concursos, haveria uma redução de 50% no quadro de substitutos. Esse número é oficialmente reconhecido pelo MEC, a ponto do ministério financiar os

substitutos. No caso dos técnicos, o acordo não previu o número de cargos a ser preenchido, mas ficou definido que haveria, sim, concurso este ano. Mas não o concurso com apenas 2.200 vagas, muito longe da necessidade prevista. Temos, hoje, cerca de 22 mil cargos vagos que precisam ser preenchidos. As 8.500 vagas ainda seriam um paliativo, pois corresponderiam a 35% ou 40% das nossas reais necessidades. De qualquer maneira, eles são um indicativo, não desprezível, para os órgãos de controle, que estão dando prazos para os reitores recuperarem a situação. Claro que se chegarmos a esse limite e dissermos "nada foi feito ou apenas 5% do quadro foi reposto", será difícil sensibilizar os órgãos para essa transição de reposição de pessoal. Existe uma grande preocupação do ponto de vista da resposta aos órgãos de controle, ao Tribunal de Contas, mas também, e principalmente, em relação aos acordos firmados com o governo. Uma nova greve seria um desastre para o sistema neste momento.

Adverso - O que, na sua avaliação, é preciso fazer para melhorar a qualidade da universidade pública brasileira?

“A grande massa de negros e pobres não chegará a concluir o primeiro grau”

Ramos - A base e a qualidade de uma boa universidade é o seu capital humano. Qualificar permanentemente esse capital e organizá-lo para evitar redundâncias (às vezes temos dois pesquisadores fazendo a mesma coisa de forma isolada dentro de uma universidade) é difícil. Organizar tudo isso, por grupos de pesquisa, dando um efeito cooperativo nesse trabalho, organizar e qualificar dentro de uma política permanente é essencial para uma boa pesquisa. Uma pesquisa que possa resultar em benefícios reais para a sociedade. E, nesse contexto, as universidades federais, assim como as estaduais paulistas, representam grande esteio, a grande espinha dorsal da produção científica brasileira, que já alcançou a marca de mais de dez mil artigos científicos publicados em revistas especializadas e conhecidas internacionalmente. Esse resultado deu ao Brasil o percentual de 1,33% da produção científica mundial. Parece pouco, mas não é, pois o país dobrou o número de publicações nos últimos anos. Os fundos setoriais poderão ter papel estratégico para a manutenção e a viabilidade do sistema, que passou alguns anos desprovido de uma política de médio e longo prazo para a ciência & tecnologia. Com a privatização das estatais, esses recursos, se bem utilizados, poderão alimentar e oxigenar todo o sistema que estava, até então, sem essa política de fomento. Então, os fundos são bem-recebidos, mas devem ser mantidos com base no mérito, respeitando, naturalmente,



Ramos: "Vamos ter que separar as situações emergenciais das ações estratégicas para a continuidade da Andifes"

algumas situações peculiares das regiões. Isso nos dará uma oxigenação global em todo o País, não só para manter motivado o capital humano das universidades federais, assim como para melhor organização.

Adverso - A cobrança de mensalidades dos alunos resolveria a questão do financiamento das instituições? Permitiria a entrada de mais estudantes na universidade pública?

Ramos - Todos os estudos, inclusive desde a época em que a ditadura militar instituiu cobrança nas universidades, mostram que as verbas vindas da mensalidade cobrem apenas 10% dos gastos. A partir do momento em que o governo impuser mensalidades, aumentará ainda mais o "apartheid" no ensino superior brasileiro. Cada vez menos jovens entrarão nas universidades. De jeito nenhum, nós reitores seremos a favor de um projeto como esse. Temos que lutar por três pontos principais: o primeiro é a expansão das matrículas com recursos públicos; o segundo é a reposição permanente de pessoal; e o terceiro é a melhor utilização das novas tecnologias para que os cursos superiores cheguem cada vez a mais lugares e atinjam cada vez mais pessoas, como os presenciais e os de ensino à distância.

Adverso - Qual a sua opinião sobre o debate em torno da proposta de reserva de vagas em universidades federais para determinados grupos sociais, como os estudantes negros por exemplo?

Ramos - Acho que isso não resolve porque a grande massa de negros e pobres não chegará a concluir o primeiro grau. Na verdade, das quase 40 milhões de crianças que começam a estudar, uma parcela significativa pára no final do primeiro grau. Isso é um funil que na verdade já fez a exclusão, antes mesmo de o estudante chegar até a universidade. O que significa dizer isso? Hoje também se atesta a qualidade de quem chega. Então, os poucos que ingressam nas Ifes apresentam uma qualidade de ensino discutível, uma vez que estudaram na rede pública, ainda aquém da qualidade desejada. Entrar não significa sair. A experiência que temos é essa, o aluno consegue a vaga, mas não obtém o diploma porque não possui a base necessária. Sou contra qualquer tipo de discriminação e acho que precisamos dar condições a todos para que, dentro de um processo normal e justo, tenham as mesmas chances de competir por um lugar na universidade. Essa medida é um paliativo que não resolve o ingresso.